

Infância Viva - Associação Jardim de Infância Internacional Segundo a Pedagogia de R. Steir

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		106 487,95	108 387,58
Subsídios, doações e legados à exploração		90 068,22	92 073,52
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(11 108,07)	(11 662,44)
Fornecimentos e serviços externos		(28 814,94)	(34 509,13)
Gastos com o pessoal		(126 194,47)	(127 619,11)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		1 614,78	1 300,22
Outros gastos e perdas		(4 046,13)	(3 864,62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28 007,34	24 106,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(4 503,30)	(4 881,97)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		23 504,04	19 224,05
Juros e rendimentos similares obtidos		570,62	252,46
Juros e gastos similares suportados		(0,51)	(2,53)
Resultados antes de impostos		24 074,15	19 473,98
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		24 074,15	19 473,98

Barão de S. João, 1 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Bláudia Francisco Rebelo

A DIREÇÃO

Luís António de Sousa
Luís Rebelo
Miguel

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

Infância Viva - Associação Jardim de Infância Internacional Segundo a Pedagogia de R. Steiner

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Actividade A	Actividade B	PERÍODOS	
					2018	2017
Vendas e serviços prestados					106 487,95	108 387,58
Custo das vendas e dos serviços prestados					(164 183,02)	(161 649,34)
Resultado bruto					(57 695,07)	(53 261,76)
Outros rendimentos					92 253,62	93 626,20
Gastos de distribuição					-	-
Gastos administrativos					(6 438,27)	(10 462,55)
Gastos de investigação e desenvolvimento					-	-
Outros gastos					(4 046,13)	(10 427,91)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)					24 074,15	19 473,98
Gastos de financiamento (líquidos)					-	-
Resultados antes de impostos					24 074,15	19 473,98
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período					24 074,15	19 473,98

Barão de S. João, 1 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cláudia Francisco Rebelo

A DIREÇÃO

Luís Paulo Soares
Alípio Rebelo
Amara

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

Infância Viva - Associação Jardim de Infância Internacional Segundo a Pedagogia de R. Steiner

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		124 023,03	120 593,45
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		771,68	567,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		124 794,71	121 160,77
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes		3 004,84	3 631,61
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos		1 327,34	1 308,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		8 590,56	33 390,30
Diferimentos		1 632,06	1 363,08
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		165 248,58	117 239,23
Subtotal		179 803,38	156 932,78
Total do Ativo		304 598,09	278 093,55
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		206 546,94	187 072,96
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		45 030,94	46 216,84
Resultado Líquido do período		24 074,15	19 473,98
Total do fundo do capital		275 652,03	252 763,78
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores		2 433,75	886,13
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos		2 782,13	3 313,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos		6 800,15	5 561,50
Outras contas a pagar		16 930,03	15 568,94
Outros passivos financeiros			
Subtotal		28 946,06	25 329,77
Total do passivo		28 946,06	25 329,77
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		304 598,09	278 093,55

Barão de S. João, 1 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Gláucia Francisco Reselo

A DIREÇÃO

Leis Paul Fernandes
Naopt Kopf
Luciano

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

Infância Viva - Associação Jardim de Infância Internacional Segundo a Pedagogia de R. Steiner

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRICÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	-	-	-	87.072,96	-	-	46.278,84	19.473,98	252.763,78	-	252.763,78
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção do novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					19.473,98				(19.473,98)			
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					19.473,98				(19.473,98)			
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								24.074,15	24.074,15		24.074,15
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								4.600,17	4.600,17		4.600,17
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações									(1.855,90)	(1.855,90)		(1.855,90)
POSICÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	-	-	-	208.546,94	-	45.030,94	24.074,15	275.652,03	-	275.652,03	

Barão de S. João, 1 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Blávia Francisco Rebelo

A DIREÇÃO

Fernando Antunes
Rafael Keyl
Alcides

Infância Viva - Associação Jardim de Infância Internacional Segundo a Pedagogia
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		108 322,63	110 125,36
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(43 857,01)	(45 873,17)
Pagamentos ao pessoal		(95 150,65)	(102 097,55)
Caixa gerada pelas operações		(30 685,03)	(37 845,36)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		42,08	
Outros recebimentos/pagamentos		76 451,58	36 345,90
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		45 808,63	(1499,46)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(4 919,38)	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(93 800,00)	
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		93 800,00	
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			252,46
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(4 919,38)	252,46
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			270,00
Outras operações de financiamento		7 710,12	30 742,78
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(590,02)	(507,55)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		7 120,10	30 505,23
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		48 009,35	29 258,23
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		117 239,23	87 981,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		165 248,58	117 239,23

Barão de S. João, 1 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Bláudia Francisco Rebelo

A DIREÇÃO

Luís Gabriel Chaves
Alípio Kefu
Mariana

ANEXO

1. Identificação da Entidade

A INFÂNCIA VIVA – Associação Jardim de Infância Internacional Segundo a Pedagogia de R. Steiner, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário do República nº 295, de 22/12/2001, Série III, com sede em Monte Judeu, Barão de S. João. Tem como actividade OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E., para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Apoio infância, na valência pré-escolar.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 106/2011, de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011, de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações

Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do Sector não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os outros critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento de Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição

Handwritten signature and initials in the top right corner.

necessárias para operarem da forma pretendida, e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não Aplicável.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Não Aplicável.

3.2.4. Activos Intangíveis

Os “*Activos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam actividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.5. Investimentos financeiros

Não Aplicável.

3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “*Instrumentos Financeiros*” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Paço
de
Alameda

As quotas, donativos, e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontra-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por assim retratar o valor realizável líquido.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e Depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Não Aplicável.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Não Aplicável.

Locações

Não Aplicável.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

No termos do nº 1 do artº 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o nº 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no nº 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das

Handwritten signature and initials: "d. a." and "Nela" with a circular stamp.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do nº 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no nº 3 do artº 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do nº 5 do artº 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

Não Aplicável.

Bens do património histórico, artístico e cultural

Não Aplicável.

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	transferências	devalorização	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	150.135,27	-	-	-	-	150.135,27
Equipamento básico	22.925,94	-	-	-	-	22.925,94
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	14.724,91	-	-	-	-	14.724,91
Outros Ativos fixos tangíveis	20.938,74	-	-	-	-	20.938,74
Obras em Curso Inv. Corpóreo	584,25	-	-	-	-	584,25
Total	209.309,11	-	-	-	-	209.309,11
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	37.273,62	3.002,70	-	-	-	40.276,32
Equipamento básico	18.357,25	1.141,49	-	-	-	19.498,74
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	14.499,21	112,70	-	-	-	14.611,91
Outros Ativos fixos tangíveis	13.703,61	625,08	-	-	-	14.328,69
Total	83.833,69	4.881,97	-	-	-	88.715,66

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorização	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	150 135,27	4 919,38	-	-	-	155 054,65
Equipamento básico	22 925,94	-	-	-	-	22 925,94
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	14 724,91	-	-	-	-	14 724,91
Outros Ativos fixos tangíveis	20 938,74	-	-	-	-	20 938,74
Obras em Curso Inv. Corpóreo	584,25	3 013,50	-	-	-	3 597,75
Total	209 309,11	7 932,88	-	-	-	217 241,99
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	40 276,32	3 060,09	-	-	-	43 336,41
Equipamento básico	19 498,74	1 141,49	-	-	-	20 640,23
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	14 611,91	113,00	-	-	-	14 724,91
Outros Ativos fixos tangíveis	14 328,69	188,72	-	-	-	14 517,41
Total	88 715,66	4 503,30	-	-	-	93 218,96

Propriedades de Investimento

Não Aplicável.

6. Activos Intangíveis

Bens do domínio público

Não Aplicável.

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	transferência	e valorização	Saldo em 31-Dez- 2017
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	10147	-	-	-	-	10147
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	699,22	-	-	-	-	699,22
Total	800,69	-	-	-	-	800,69
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	10147	-	-	-	-	10147
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	699,22	-	-	-	-	699,22
Total	800,69	-	-	-	-	800,69

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	transferência	e valorização	Saldo em 31-Dez- 2018
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	10147	-	-	-	-	10147
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	699,22	-	-	-	-	699,22
Total	800,69	-	-	-	-	800,69
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	10147	-	-	-	-	10147
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	699,22	-	-	-	-	699,22
Total	800,69	-	-	-	-	800,69

7. Locações

Não Aplicável.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Não Aplicável.

9. Inventários

Handwritten signature and initials: "a." and "Rosa Maria".

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	11662,44	-	-	11108,07	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	11 662,44	-	-	11 108,07	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				11662,44			
Variações nos inventários da produção				-			

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" são relativos apenas a matérias-primas.

10. Rédito

Não Aplicável.

11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Não Aplicável.

Passivos contingentes

Não Aplicável.

Activos contingentes

Não Aplicável.

Paola
Mendes

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	90 068,22	91 803,52
Acordo Cooperação IGFSS	90 068,22	91 803,52
IEFP	-	-
...	-	-
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
Total	90 068,22	91 803,52

Descrição	2018	2017
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	-	270,00
Heranças	-	-
Legados	-	-
...	-	-
Total	-	270,00

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não Aplicável.

14. Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€.

15. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respectivamente 3 e 3.

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 7, e em 31/12/2018 foi

de 7.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	104 185,96	105 539,75
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	20 566,20	20 479,44
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	986,95	868,12
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	455,36	731,80
Total	126 194,47	127 619,11

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1. Investimentos Financeiros

Não Aplicável.

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

f. a.
 N.º
 2018

Não Aplicável.

17.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	3 004,84	3 631,61
Clientes	3 004,84	3 631,61
Utentes	-	-
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	3 004,84	3 631,61

17.4. Outras contas a receber

A Rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	8 590,56	33 390,30
Perdas por Imparidade	-	-
Total	8 590,56	33 390,30

Pa
Pa
Pa

17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	1632,06	1328,74
Publicidade - Site Internet	-	34,34
...	-	-
Total	1 632,06	1 363,08
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios a reconhecer	-	-
Mensalidades	6 800,15	5 561,50
...	-	-
Total	6 800,15	5 561,50

17.6. Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2018	2017
Fundo de Compensação	771,68	567,32
...	-	-
Total	771,68	567,32

17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	1 026,72	1 162,23
Depósitos à ordem	70 421,86	22 277,00
Depósitos a prazo	93 800,00	93 800,00
Outros	-	-
Total	165 248,58	117 239,23

17.8. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	-	-	-	-
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	187 072,96	19 473,98	-	206 546,94
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	46 216,84	(1 185,90)	-	45 030,94
Total	233 289,80	18 288,08	-	251 577,88

17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	2 433,75	886,13
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	2 433,75	886,13

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1327,34	1308,56
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	1 327,34	1 308,56
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	138,86	377,11
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	494,00	607,00
Segurança Social	1952,01	2 133,39
Outros Impostos e Taxas	197,26	195,70
Total	2 782,13	3 313,20

17.11. Outras Contas a Pagar

A Rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	674,60	-	-
Remunerações a pagar	-	674,60	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	16 255,43	-	15 307,73
Outros credores	-	-	-	261,21
	-	-	-	-
Total	-	16 930,03	-	15 568,94

17.12. Outros Passivos Financeiros

Não Aplicável.

17.13. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	-	270,00
Heranças	-	-
Legados	-	-
...	-	-
Total	-	270,00

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	16 041,00	20 621,28
Materiais	5 959,27	6 240,32
Energia e fluidos	3 894,24	3 787,93
Deslocações, estadas e transportes	206,90	172,30
Serviços diversos (*)	2 713,53	3 687,30
Limpeza, higiene e conforto	763,40	1 706,79
Comunicação	805,78	856,82
Seguros	616,33	601,37
Total	28 814,94	34 509,13

17.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	1 614,78	1 300,22
Total	1 614,78	1 300,22

17.16. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1 299,87	1 409,71
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	2 746,26	2 454,91
Total	4 046,13	3 864,62

17.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,51	2,53
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	0,51	2,53
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	570,62	252,46
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	570,62	252,46
Resultados financeiros	570,11	249,93

17.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à celebração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Monte Judeu, 1 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

A Direcção

Gláudia Francisco Rebelo

João Paulo Santos
 Director Geral
 Monte Judeu